

CLARA BARROS

**VERSÕES
PORTUGUESAS
DA LEGISLAÇÃO
DE AFONSO X**

ESTUDO LINGÜÍSTICO-DISCURSIVO

2010 **U.PORTO** editorial

NOTA DE APRESENTAÇÃO

O estudo que agora se publica reproduz, com algumas alterações, o texto da dissertação de doutoramento em Linguística intitulada *Estrutura discursiva e orientação argumentativa em textos de versões portuguesas da legislação de Afonso X. Contributos para o estudo do discurso jurídico medieval*, que foi apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto em Abril de 2007 e defendida em provas públicas realizadas em Setembro do mesmo ano.

Para a presente publicação foram suprimidas partes de alguns capítulos, correspondentes a certos momentos de análise mais pormenorizada que se justificavam no quadro de um trabalho académico, mas que seriam inadequados à forma que o texto agora apresenta e que visa atingir um público mais amplo.

Embora seja prioritariamente um trabalho de investigação linguística, nas suas vertentes sincrónica e diacrónica, este estudo faz algumas incursões no domínio da análise do discurso jurídico, do estudo das estruturas de poder e das instituições na Idade Média, pelo que poderá também ter interesse para estudiosos das áreas da História Medieval ou da História do Direito Peninsular.

O modelo teórico e metodológico que enquadra esta investigação é a Pragmática Histórica, área de investigação que cruza os domínios teóricos da Pragmática Linguística e da Linguística Histórica. O presente estudo constitui uma das primeiras tentativas de abordagem de textos jurídicos medievais nesta perspectiva metodológica e situa-se no ponto de intersecção entre o interesse pela história da língua e a preocupação de análise das estruturas discursivas e das dimensões accional e intersubjectiva da linguagem.

No momento em que este trabalho de investigação, realizado ao longo de muitos anos, se abeira do epílogo desejado — a publicação — não posso deixar de evocar a memória do Professor José de AZEVEDO FERREIRA, que me sugeriu o tema a tratar e foi meu orientador no início do seu desenvolvimento. Pude também contar, nessa primeira fase, com a orientação e incentivo do Professor Óscar LOPES, a quem expresseo o meu fundo reconhecimento.

Quero também deixar aqui uma palavra de gratidão e apreço aos Professores Clarinda MAIA e Joaquim FONSECA pelo apoio qualificado, generoso e decisivo que me deram na parte final da elaboração da minha dissertação.

Pude sempre contar com o enquadramento institucional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, onde exerço funções docentes desde 1981 e do Centro de Linguística da Universidade do Porto (Unidade de I&D nº22 da FCT) em que estou integrada como investigadora do Projecto “Gramática, Discurso e Comunicação em Contextos Específicos” (Projecto de I&D Grammar, Discourse and Communication in Specific Contexts) (RG-LIN-NORTE-PORTO-22-2011). O desenvolvimento da minha investigação beneficiou muito desse enquadramento institucional, nomeadamente no que toca ao incondicional apoio científico e humano que recebi de muitos dos meus colegas.

Porto, Dezembro de 2008

Clara Barros

ÍNDICE

NOTA DE APRESENTAÇÃO	7
INTRODUÇÃO	15
CAPÍTULO 1	
OS TEXTOS E OS SEUS CONTEXTOS	39
1 Apresentação do corpus	39
2 O contexto histórico-jurídico	49
3 O contexto linguístico	55
CAPÍTULO 2	
DIMENSÕES DE ORDEM COMPOSICIONAL DO DISCURSO	73
0 Notas introdutórias	73
1 Aspectos da organização macro-estrutural dos textos do <i>corpus</i>	74
2 A organização configuracional dos textos das leis	100
CAPÍTULO 3	
O DISCURSO LEGISLATIVO EXPOSITIVO	139
0 Notas introdutórias	139
1 Dimensões e aspectos centrais do discurso legislativo expositivo	140
2 O discurso legislativo expositivo no <i>Foro Real</i>	163
3 O discurso legislativo expositivo nas <i>Flores de Dereyto</i>	178
4 O discurso legislativo expositivo na <i>Primeyra Partida</i>	191
5 A realização linguística do discurso legislativo expositivo: algumas notas complementares	239

CAPÍTULO 4

0 DISCURSO LEGISLATIVO JUSTIFICATIVO	253
0 Notas introdutórias	253
1 A construção do estatuto de autoridade do Locutor e a afirmação da justeza e necessidade das leis	255
2 Ainda a construção do estatuto de autoridade do Locutor	260
3 A concepção da justiça como promoção do Bem Comum e manutenção da Paz	309
4 A argumentação justificativa realizada através de narrativas “exemplares”	331
5 Aspectos do discurso justificativo nas <i>Flores de Deryto</i>	344
6 Aspectos da realização linguística do discurso justificativo	352
7 Notas finais	415

CAPÍTULO 5

ARTICULAÇÃO SEQUENCIAL ENTRE O DISCURSO EXPOSITIVO E O DISCURSO JUSTIFICATIVO	423
0 Notas introdutórias	423
1 Elementos para a consulta e leitura das tabelas	423
2 Tabelas	431

CAPÍTULO 6

SÍNTESE DE ALGUNS ASPECTOS DIACRÓNICOS	505
0 Notas introdutórias	505
1 Morfemas contrastivos	507
2 Formas em vias de gramaticalização	521
3 Correlações de Morfemas	547
4 Correlação e hipotaxe	555
5 Ordem das palavras na frase	557

CONCLUSÃO	573
BIBLIOGRAFIA	581

INTRODUÇÃO

1 O presente estudo tem como tema a análise linguístico-discursiva da versão portuguesa de três textos jurídicos da legislação de Afonso X: *Primeyra Partida, Foro Real e Flores de Dereyto*¹. Estas versões não estão muito afastadas no tempo, pelo que é legítimo considerá-las como pertencendo a uma mesma sincronia, correspondente ao primeiro período do português medieval, o período galego-português².

Centrarei a minha análise na estruturação e funcionamento destes textos — ou dos discursos neles patentes —, recorrendo a elementos teóricos e instrumentos metodológicos que se inscrevem genericamente na Pragmática Linguística, tendo necessariamente em consideração as suas conexões com a Análise do Discurso, as Teorias da Argumentação e a Linguística de Texto. Não deixo entretanto de atender a aspectos de evolução linguística, propondo elementos de descrição e explicação de alguns morfemas — escolhidos de acordo com a relevância que obtêm no tipo de textos em apreciação — que evidenciam derivas formais ou funcionais.

Esta investigação situa-se, portanto, no ponto de intersecção entre o interesse pela história da língua e a preocupação de análise de estruturas discursivas e das dimensões accional e intersubjectiva da linguagem. A intersecção destes dois aspectos parece ser fecunda para a análise do *corpus* em estudo: poderá dar um contributo para o conhecimento das dimensões referidas tal como se concretizam no discurso jurídico da Idade Média e, simultaneamente, contribuirá para esclarecer algumas estruturas e formas específicas da língua portuguesa nos séculos XIII e XIV e aspectos da sua evolução.

No seu todo, o trabalho releva mais exactamente da Pragmática Histórica³, que representa uma aproximação teórico-metodológica relativamente

recente em Linguística Histórica e constitui mesmo uma das primeiras tentativas de estudo de textos jurídicos medievais nesta óptica. O alargamento dos estudos linguísticos à relação entre a linguagem e os contextos — perspectiva basicamente definidora, como se sabe, da Pragmática Linguística — não poderia deixar de ter repercussões na Linguística Histórica. A Pragmática Histórica apresenta-se justamente como área de investigação interdisciplinar que cruza os domínios teóricos da Pragmática Linguística e da Linguística Histórica.

Clarinda MAIA refere-se, num artigo fundamental de 1995, a essa abertura teórica-metodológica como sendo muito positiva e desejável:

Nesta viragem de século, quando a Linguística histórica volta a ocupar uma posição de primeiro plano, depois de várias décadas de predomínio da linguística sincrónica, ela tem vindo progressivamente a integrar novos conceitos teóricos, nomeadamente os que são peculiares de duas disciplinas linguísticas relativamente recentes, a Sociolinguística e a Pragmática. Não só se tem assistido à comunicação entre as construções teóricas destas duas áreas disciplinares e os aspectos da história de várias línguas, nomeadamente das línguas românicas, como se tem vindo mesmo a configurar uma Sociolinguística histórica e se entrevê também a possibilidade de uma Pragmática histórica. (MAIA, 1995: 3-4)

Os conceitos e métodos desenvolvidos na Pragmática Linguística podem efectivamente enriquecer a metodologia da Linguística Histórica, contribuindo, nomeadamente, para um necessário alargamento das perspectivas de análise de textos do passado. Mas a ampliação do âmbito da análise pragmática pela sua aplicação a textos de sincronias mais remotas não pode fazer-se sem o contributo do trabalho filológico de edição desses textos que possa torná-los acessíveis. Os textos a analisar têm que ter fiabilidade filológica e, por isso, só esse longo trabalho escondido subjacente à edição de manuscritos permite que se possa passar à etapa mais visível que é a da sua análise.

No caso concreto do trabalho de investigação que desenvolvo desde há anos sobre textos jurídicos medievais⁴, ele só foi possível por estarem disponíveis edições das versões portuguesas da *Primeyra Partida*, do *Foro Real* e das *Flores de Dreyto*. Tenho, pois, que considerar essas edições⁵ — fruto do labor exaustivo, sério e rigoroso de José de AZEVEDO FERREIRA — o alicerce indispensável para a construção do projecto de análise textual/discursiva de textos medievais que está na base do presente trabalho⁶.

2 Os textos jurídicos medievais têm sido objecto de um significativo número de análises, em que predominam os estudos realizados por historiadores e historiadores do direito. Tem sido afirmado por investigadores de diversas áreas que o texto jurídico medieval apresenta uma enorme riqueza de materiais para análise, sendo um espaço em que se cruzam os mais variados aspectos da vida na Idade Média. Assim, os historiadores parecem particularmente interessados em detectar nos textos a inscrição de marcas que definem as instituições e as conexões entre estas, como por exemplo: as relações hierárquicas e de poder entre os grupos sociais; a figura régia em pleno exercício da autoridade jurídica e legislativa; o delinear de uma imagem do poder régio. Os historiadores do direito, por sua vez, registam e analisam o pensamento jurídico ancorado num determinado período, tal como foi capturado nos diferentes textos e procedem ainda, frequentemente, a um estudo das fontes detectáveis nos textos analisados.

Para o linguista, estes textos representam uma sincronia do passado, um sistema linguístico simultaneamente análogo e diferente do da sincronia do presente. Para além da descrição desse sistema, é possível analisar as transições que atravessou. Mas o interesse do estudo linguístico destes textos é substancialmente acrescido se forem perspectivados como exemplares de um tipo de discurso — jurídico — que traduz um sistema deóntico em relação com uma ideologia, com uma mentalidade. A complexidade deste discurso resulta em particular de ser o lugar da intersecção de dois planos: por um lado, o de um mundo “real”, actual, da argumentação e prevenção de contradiscursos e, por outro, o de um mundo “virtual”, eventual,